

Sorocaba Refrescos S.A.

**Demonstrações financeiras
referente ao exercício findo
em 31 de dezembro de 2025**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da

Sorocaba Refrescos S.A.

Sorocaba – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras Sorocaba Refrescos S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sorocaba Refrescos S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Este documento foi assinado digitalmente por Daniel Marino De Toledo.

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://apiconfirmations.kpmg.com.br> e utilize o código E8B0-9BFF-3382-4F76.

Este documento foi assinado digitalmente por Daniel Marino De Toledo.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://apiconfirmations.kpmg.com.br> e utilize o código E8B0-9BFF-3382-4F76.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do

grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 27 de fevereiro de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/O-5 F SP



Daniel Marino de Toledo
Contador CRC 1SP249851/O-8

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Este documento foi assinado digitalmente por Daniel Marino De Toledo.

Para verificar as assinaturas vá ao site <https://apiconfirmations.kpmg.com.br> e utilize o código E8B0-9BFF-3382-4F76.

Este documento foi assinado digitalmente por Daniel Marino De Toledo.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://apiconfirmations.kpmg.com.br> e utilize o código E8B0-9BFF-3382-4F76.

Sorocaba Refrescos S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)



Ativos	Nota	2025	2024	Passivo	Nota	2025	2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	125.960	302.159	Fornecedores	17	89.627	68.045
Contas a receber de clientes	10	101.439	77.235	Financiamentos e empréstimos	18	48.639	15.957
Estoques	11	70.469	80.530	Impostos e contribuições sociais a recolher	20	35.020	29.928
Impostos à recuperar	12	6.474	7.240	Salários, férias e encargos a pagar	21	20.298	20.076
Outros créditos	13	8.578	5.405	Dividendos a distribuir	19	10.596	25.350
				Imposto de renda e contribuição social a recolher		7.499	11.266
Total do ativo circulante		312.920	472.569	Passivo de arrendamento	32	4.025	1.888
				Adiantamento de clientes		345	172
Realizável a longo prazo				Impostos parcelados	23	831	1.434
Ativo fiscal diferido	14	16.371	15.307	Outras contas a pagar	24	12.527	10.839
Impostos à recuperar	12	8.978	8.293				
Depósitos judiciais	22	9.234	12.263	Total do passivo circulante		229.407	184.955
Outros créditos	13	1.842	10.230				
Total do realizável a longo prazo		36.425	46.093	Não circulante			
				Financiamentos e empréstimos	18	321.294	326.868
Investimentos	15	10.067	10.067	Dividendos a distribuir	19	73.035	-
Imobilizado	16	389.268	183.735	Instrumentos financeiros derivativos	31	14.257	29.517
Intangível		5.123	4.391	Provisão para contingências	22	7.402	7.399
Direito de uso	32	7.832	1.888	Impostos parcelados	23	1.416	2.246
				Passivo de arrendamento	32	4.167	-
Total do ativo não circulante		448.715	246.174	Outras contas a pagar	24	1.824	13.276
				Total do passivo não circulante		423.395	379.306
Total do ativo		761.635	718.743	Total do passivo		652.802	564.261
				Patrimônio líquido			
				Capital social	25	58.526	58.526
				Reserva de lucros		11.707	87.754
				Ajuste de avaliação patrimonial		38.600	8.202
				Total do patrimônio líquido		108.833	154.482
				Total do passivo e patrimônio líquido		761.635	718.743

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sorocaba Refrescos S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)



	Nota	2025	2024
Receita líquida de vendas	26	957.462	848.777
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	27.a	<u>(549.371)</u>	<u>(496.926)</u>
Lucro bruto		<u>408.091</u>	<u>351.851</u>
Receitas (despesas) operacionais			
Logística, distribuição e armazenagem	27.b	(148.939)	(116.114)
Vendas	27.c	(97.047)	(87.273)
Administrativas e gerais	27.d	(66.261)	(57.268)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	10	504	(3.798)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	28	<u>312</u>	<u>15.121</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro		<u>96.660</u>	<u>102.519</u>
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	29	55.067	39.515
Despesas financeiras	29	<u>(87.707)</u>	<u>(60.766)</u>
Financeiras líquidas		<u>(32.640)</u>	<u>(21.251)</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		<u>64.020</u>	<u>81.268</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	14	(20.084)	(30.839)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	<u>(1.552)</u>	<u>4.227</u>
Resultado do exercício		<u><u>42.384</u></u>	<u><u>54.656</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sorocaba Refrescos S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)



	Nota	2025	2024
Resultado do exercício		42.384	54.656
Outros resultados abrangentes			
Hedge accounting - risco de crédito	18	(7.020)	12.429
Efeitos tributários de hedge accounting	14.a	2.618	(4.227)
Resultado abrangente do exercício		37.982	62.858

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sorocaba Refrescos S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)



	Nota	Reservas de lucros			Ajuste de Avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
		Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2023		58.526	11.707	35.055	-	-	105.288
Resultado do exercício		-	-	-	-	54.656	54.656
Destinação do resultado							
Dividendos mínimos obrigatórios	25.c	-	-	-	-	(13.664)	(13.664)
Reserva de retenção de lucros		-	-	40.992	-	(40.992)	-
Outros resultados abrangentes							
Hedge accounting - risco de crédito	18	-	-	-	12.429	-	12.429
Efeitos tributários de hedge accounting	14.a	-	-	-	(4.227)	-	(4.227)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		58.526	11.707	76.047	8.202	-	154.482
Resultado do exercício		-	-	-	-	42.384	42.384
Destinação do resultado							
Destinação de lucros para dividendos conforme A.G.E. 10/12/2025	25.c	-	-	-	-	(42.384)	(42.384)
Reversão de retenção de lucros para dividendos conforme A.G.E. 10/12/2025	25.c	-	-	(76.047)	-	-	(76.047)
Ajuste a valor presente - Dividendos distribuídos	19	-	-	-	34.800	-	34.800
Outros resultados abrangentes							
Hedge accounting - risco de crédito	18	-	-	-	(7.020)	-	(7.020)
Efeitos tributários de hedge accounting	14.a	-	-	-	2.618	-	2.618
Saldos em 31 de dezembro de 2025		58.526	11.707	-	38.600	-	108.833

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sorocaba Refrescos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais)



Fluxos de caixa das atividades operacionais	Nota	2025	2024
Resultado do exercício		42.384	54.656
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais			
Depreciação de imobilizado	16	21.025	17.580
Amortização de intangível		1.239	-
Amortização direiro de uso	32	4.709	2.606
Provisão para perdas de crédito esperadas	10	(504)	3.798
Provisão para perdas no estoque	11	383	546
Impostos diferidos	14	1.552	(4.227)
Imposto de renda e contribuição social correntes	14	20.084	30.839
Despesas com contingências	22	3	(1.010)
Baixa de ativo imobilizado	16	1.024	4.779
Baixa de Investimentos	15	-	1.179
Instrumentos financeiros derivativos		(15.260)	30.392
Ajuste valor presente - passivos financeiros	29	7.876	(22.178)
Juros sobre financiamentos e empréstimos	18	68.508	27.237
Despesa financeiras - Passivo arrendamento	32	918	314
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber de clientes		(23.700)	5.231
Estoques		9.678	(25.143)
Impostos à recuperar		81	(4.284)
Outros créditos		5.215	4.711
Depósitos judiciais		3.029	976
Fornecedores		15.124	(12.491)
Impostos e contribuições sociais a recolher		5.092	3.098
Impostos parcelados		(1.433)	(6.195)
Salários, férias e encargos a pagar		222	2.639
Adiantamento de clientes		176	(101)
Outras contas a pagar		(9.765)	(2.439)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(23.851)	(26.462)
Juros pagos sobre financiamentos e empréstimos	18	(56.296)	(13.886)
Juros pagos sobre contratos de arrendamento	32	(918)	(314)
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais		76.595	71.851
Fluxo de caixa de atividades de investimentos			
Aquisição de intangível		(1.930)	-
Compras de imobilizado	16	(221.165)	(70.816)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos		(223.095)	(70.816)
Fluxo de caixa de atividades de financiamentos			
Pagamento de dividendos	25.c	(25.350)	-
Empréstimos tomados	18	-	285.000
Comissões de emissão	18	-	(15.355)
Pagamentos de empréstimos	18	-	(310)
Pagamentos de passivo de arrendamento	32	(4.349)	(2.606)
Caixa líquido (utilizado nas) decorrente das atividades de financiamento		(29.699)	266.729
(Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		(176.199)	267.764
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	9	302.159	34.395
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	9	125.960	302.159

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando apresentado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Sorocaba Refrescos S.A. (“Companhia” ou “Sorocaba Refrescos”) localizada às margens da Rodovia Raposo Tavares, km 104, foi fundada em 1975 como uma subsidiária da Refrigerantes Campinas S.A. A fábrica foi inaugurada em Sorocaba em 1977. Em 1985, passa a ser uma filial da Refrescos Ipiranga e, finalmente, em 1989 a Companhia passou a ser um fabricante independente no Sistema Coca-Cola Brasil.

Atualmente a Sorocaba Refrescos S.A fábrica, vende e distribui todo o portfólio The Coca Cola Company além de venda e distribuição do portfólio de empresas parcerias, como Monster, Perfetti, Therezópolis, Estrella Galicia, Heineken, Campari, Fini e Cerpa, em 60 municípios do Estado de São Paulo, através de uma unidade fabril e quatro escritórios comerciais.

a. Reforma Tributária sobre o Consumo

A Emenda Constitucional nº 132/2023, regulamentada pela Lei Complementar nº 214/2025 e pela Lei Complementar nº 227/2026, instituiu novo modelo de tributação sobre o consumo no Brasil, baseado em um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual, composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência compartilhada entre Estados e Municípios, em substituição ao PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi ainda instituído o Imposto Seletivo (IS), de competência federal, incidente sobre bens e serviços considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente.

A implementação ocorrerá de forma gradual no período de 2026 a 2032, durante o qual haverá convivência entre o sistema atual e o novo regime. A LC nº 227/2026 disciplinou a administração do IBS, instituindo o Comitê Gestor responsável por sua arrecadação, fiscalização, compensação e distribuição das receitas, bem como estabeleceu diretrizes para aproveitamento de créditos do sistema atual.

A Administração da Companhia acompanha os desdobramentos regulatórios e avalia os potenciais impactos tributários, operacionais e financeiros decorrentes da nova sistemática. Considerando que o período de transição terá início em 2026 e que ainda faltam regulamentações complementares, não foram identificados, até a data-base destas demonstrações intermediárias, efeitos materiais decorrentes da Reforma Tributária.

2 Base de preparação

b. Declaração de conformidade (com relação às práticas contábeis adotadas no Brasil)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão destas demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Diretoria em 27 de fevereiro de 2026. Após sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis materiais da Companhia, incluindo as mudanças, estão apresentadas na Nota Explicativa nº 7.

Todas as informações relevantes, próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório, que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 7.f** - Vida útil do ativo imobilizado.
- **Nota Explicativa nº 10** - Mensuração de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa para o contas a receber.
- **Nota Explicativa nº 14** - Mensuração do imposto de renda e da contribuição social diferidos.
- **Nota Explicativa nº 22** - Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e a magnitude das saídas de recursos.

Mensuração a valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou de um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis, em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação, da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no mesmo nível da hierarquia do valor justo que o dado de nível mais baixo que é significativo para toda a medição.

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia de valor justo no final do período de relatório durante o qual a mudança ocorreu.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na Nota Explicativa nº 31 - Instrumentos financeiros.

5 Mudanças nas principais políticas contábeis

A Companhia não teve quaisquer alterações em suas políticas contábeis em relação às aplicadas nas demonstrações financeiras para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

6 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, os quais são mensurados pelo valor justo.

7 Políticas contábeis materiais

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

a. Receita de contratos com clientes

A Companhia segue a estrutura conceitual da norma para reconhecimento da receita que é baseada no modelo de cinco etapas: (i) identificação de contratos com clientes; (ii) identificação de obrigações de desempenho nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos; e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

A receita é reconhecida quando não há mais obrigação de desempenho para ser atendida pela Companhia, portanto, quando o controle dos produtos é transferido ao cliente e este tem a capacidade de determinar o seu uso e obter substancialmente todos os benefícios do produto.

A Companhia aloca uma parte da contraprestação recebida ao programa de fidelidade. A alocação baseia-se nos preços de vendas relativos independentes. O valor alocado ao programa de fidelidade é diferido e a receita é reconhecida somente quando os pontos são resgatados ou quando for remota a probabilidade de que os pontos do programa sejam resgatados. A receita diferida é incluída nos passivos de contrato.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e variações de juros de ajuste a valor presente das contas a receber, reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

c. Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) Plano de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível. A Companhia não possui outros benefícios pós-emprego.

d. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber calculado sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

e. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado na média ponderada móvel e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

f. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e

mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessários para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas operacionais no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis médias estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

Descrição	Idade (anos)	Taxa (%)
Terrenos	-	-
Edificações	4 a 60	1,67 a 25,00
Máquinas, equipamentos e instalações	2 a 40	2,50 a 50,00
Móveis e utensílios	1 a 30	3,33 a 100,00
Veículos	3 a 12	8,33 a 33,33
Garrafas e embalagens	9 a 20	5,00 a 11,11

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

g. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber e outros créditos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e nesse caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e os objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a

correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos.

- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia.
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados.
- Como os gerentes do negócio são remunerados — por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos.
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos, assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia a essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos.

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente — o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida a VJORA

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente

diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga é reconhecida no resultado.

(iv) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) *Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge*

Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado. Mais informações sobre as políticas contábeis da Companhia e as atividades de gerenciamento de risco relacionadas a instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge são fornecidas na Nota 31.

Hedge de fluxo de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de *hedge*. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. A Companhia designa apenas as variações no valor justo do elemento *spot* dos contratos de câmbio a termo como instrumento de *hedge* nas relações de *hedge* de fluxo de caixa. A mudança no valor justo do elemento futuro de contratos a termo de câmbio (*forward points*) é contabilizada separadamente como custo de *hedge*, reconhecida em outros resultados abrangentes em um componente separado no patrimônio líquido.

Quando a transação objeto de *hedge* prevista resulta no reconhecimento subsequente de um item não financeiro, tal como estoques, o valor acumulado na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são incluídos diretamente no custo inicial do item não financeiro quando ele é reconhecido. Com relação às outras transações objeto de *hedge*, o valor acumulado na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são reclassificados para o resultado no mesmo período ou em períodos em que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado.

Caso o *hedge* deixe de atender aos critérios de contabilização de *hedge*, ou o instrumento de *hedge* expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos *hedges* de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na reserva de *hedge* permanece no patrimônio líquido até que, para um instrumento de *hedge* de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não financeiro, ele for incluído no custo do item não financeiro no momento do reconhecimento inicial ou, para outros *hedges* de fluxo de caixa, seja reclassificado para o resultado no mesmo

período ou períodos à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado.

Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de *hedge* não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são imediatamente reclassificados para o resultado.

h. Capital social

A Companhia possui somente ações ordinárias classificadas no seu patrimônio líquido compondo seu capital social.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em acordo de acionistas, são reconhecidos como passivo.

i. Transações com controladores

As transações com controladores são reconhecidas no resultado quando estão de acordo com as condições de mercado (ou seja, valor justo), quando essas condições não são realizadas pelo seu valor justos, o efeito dos ganhos e perdas são reconhecidas como um contribuição de capital no patrimônio líquido, uma vez que que são consideradas transações não recíprocas.

j. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado
- Investimentos de dívida mensurados ao VJORA
- Ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço.
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na

experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui problemas de recuperação quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário.
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias.
- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais.
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira.
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou de uma UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou da UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

k. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

l. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é ou contém um arrendamento se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência.
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou a taxa na data de início.
- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual.
- O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

m. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação — ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da

transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

8 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

a. IFRS 18/CPC 51 apresentação e divulgação das demonstrações contábeis

O IFRS 18/CPC 51 substituirá o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como “outros”.

b. Outras normas contábeis

Não se espera que a seguinte norma nova e alterada tenha um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Contratos de eletricidade relacionados a natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

9 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa é constituído conforme a seguir:

	2025	2024
Bancos	6.255	1.999
Aplicações financeiras	<u>119.705</u>	<u>300.160</u>
Total	<u>125.960</u>	<u>302.159</u>

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e serão utilizadas nas atividades de curto prazo da Companhia, portanto, foram consideradas como equivalentes de caixa. Essas aplicações são remuneradas por cerca de 100% a.a. do CDI (101% a.a. do CDI em 31 de dezembro de 2024).

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros é divulgada na Nota Explicativa nº 31.

10 Contas a receber de clientes

	2025	2024
Contas a receber de clientes	115.133	91.432
Provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	<u>(13.694)</u>	<u>(14.197)</u>
Total	<u>101.439</u>	<u>77.235</u>

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os saldos de clientes eram compostos, substancialmente, por valores a receber decorrentes de vendas para o mercado interno.

A exposição da Companhia a riscos de crédito, moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionados a contas a receber de clientes e a outras contas é divulgada na Nota Explicativa nº 31.

As contas a receber de clientes são classificadas como recebíveis demonstrados ao custo amortizado. A Companhia avaliou o ajuste a valor presente, com a taxa de mercado CDI (Certificado de Depósito Interbancário), dos seus saldos de contas a receber de cliente em 31 de dezembro de 2025 e 2024 e concluiu que os valores se equiparam, substancialmente, aos valores contábeis apresentados no balanço.

As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa foram calculadas com base na análise de risco dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos assessores jurídicos.

A composição por vencimento das contas a receber de clientes na data das demonstrações financeiras era a seguinte:

	2025	2024
A vencer	78.005	61.869
Vencidos:		
De 1 a 30 dias	15.232	12.581
De 31 a 60 dias	1.084	329
De 61 a 90 dias	784	364
De 91 a 180 dias	1.676	834
Acima de 181 dias	<u>18.352</u>	<u>15.455</u>
	<u>115.133</u>	<u>91.432</u>
(-) Provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	<u>(13.694)</u>	<u>(14.197)</u>
	<u>101.439</u>	<u>77.235</u>

As movimentações da provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa são apresentadas a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>(10.395)</u>
Baixas de créditos sem possibilidade de recuperação	1
Constituição de provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	<u>(3.803)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>(14.197)</u>
Constituição de provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(3.246)
Reversão de provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	<u>3.749</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>(13.694)</u>

A Administração entende que a provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é suficiente para cobrir prováveis perdas na liquidação das contas a receber considerando a situação de cada cliente e as respectivas garantias oferecidas. Seu valor representa a estimativa de risco de não realização dos recebíveis vencidos sob a análise do gestor responsável.

A despesa com a constituição dessa provisão é registrada na demonstração do resultado. Quando esgotados os esforços para recuperação das contas a receber de clientes, os valores creditados nessa provisão são, em geral, revertidos contra a baixa definitiva do título.

A perda estimada da Companhia tem como política o escalonamento de realização da carteira, levando a performance de recuperação dos recebíveis até 360 dias após o vencimento. Essa metodologia tem suportado as estimativas de perdas nessa carteira com elevado grau de assertividade. Adicionalmente, desde outubro de 2024 a Companhia possui seguro de crédito, com cobertura de até R\$ 10.000 em todas as faturas emitidas, exceto sobre a franquia de R\$750

O critério utilizado pela Companhia tanto na distribuição das faixas como na distribuição da porcentagem de perdas estimadas não é comparável quando utilizado para carteiras de crédito de instituições financeiras, que estão sob a norma do Banco Central, que estabelece o arrasto dos saldos dos clientes para a pior faixa de risco, com a aplicação de porcentagem mínima de perdas estimadas para cada faixa. Todavia, para clientes que apresentam risco, a Companhia realiza o arrasto da carteira.

11 Estoques

	2025	2024
Produtos acabados	14.370	18.637
Semiacabados	8.109	10.887
Mercadorias para revenda	19.272	25.443
Matéria-prima e embalagens	13.067	12.223
Produtos do almoxarifado	3.239	3.393
Manutenção industrial	11.302	8.933
Manutenção frotas	262	187
Manutenção de geladeiras/ <i>post mix</i>	848	827
Total	70.469	80.530

Os estoques são avaliados pelo custo médio ponderado de aquisição e a composição do custo dos produtos vendidos está demonstrada na Nota Explicativa nº 27. Não há saldos de estoques dados em garantia de dívidas em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

As movimentações da provisão para perdas de estoque são apresentadas a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	(1.495)
Realização de provisão	368
Constituição de provisões (i)	(546)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(1.673)
Realização de provisão	-
Constituição de provisões (i)	(383)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(2.056)

- (i) O critério utilizado para constituição da provisão para perda de estoque levou em conta os itens que estavam sem movimentação há mais de quatro anos e os componentes de máquinas e equipamentos que não fazem mais parte da cadeia de produção.

12 Impostos a recuperar

	2025	2024
ICMS sobre ativo imobilizado a recuperar	11.035	12.137
IPI a recuperar	1.186	1.172
Outros impostos	1.072	46
AIRE a recuperar	1.423	1.423
Restituição ILL	223	223
IPTU a recuperar	194	194
PIS e COFINS a recuperar - ressarcimento	229	229
PIS e COFINS sobre ativo imobilizado a recuperar	32	51
IPI a recuperar - ressarcimento	48	48
ICMS ST a recuperar - ressarcimento	10	10
Total	15.452	15.533
Circulante	6.474	7.240
Não circulante	8.978	8.293

13 Outros créditos

	2025	2024
Consórcio	-	8.045
Adiantamento a fornecedores	1.234	616
Adiantamento a funcionários	895	680
Seguros a apropriar	1.536	1.306
Empréstimo SRSA (i)	1.396	1.396
Seguros - Garantia de processos	296	639
Reembolso de parcerias	-	210
Outros	<u>5.063</u>	<u>2.743</u>
Total	<u>10.420</u>	<u>15.635</u>
Circulante	8.578	5.405
Não circulante	1.842	10.230

- (i) Refere-se ao repasse de recursos para suprimento de caixa sem vencimento, sem incidência de juros e em condições específicas entre as partes. (Nota Explicativa nº 19).

14 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

c. Imposto de renda e contribuição social corrente diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil, e não resultam em impacto financeiro.

O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente. Caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas são revisadas durante o exercício pela Companhia. As estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

	2023	Patrimônio líquido	Resultado	2024	Patrimônio líquido	Reconhecidos no resultado	2025
Ativo fiscal diferido							
Provisão para perdas de créditos esperadas	3.534	-	1.293	4.827	-	(171)	4.656
Provisão de participação nos lucros (superação)	2.255	-	2.015	3.833	-	(1.910)	1.923
Provisão para perdas de estoque	508	-	61	569	-	130	699
Provisão para desvalorização de investimento	596	-	(596)	-	-	-	-
Ajustes <i>cut-off</i>	641	-	198	839	-	194	1.033
Provisão honorários processo PIS/COFINS	3.051	-	49	3.100	-	(3.100)	-
Provisão para despesas gerais	5.793	-	(2.915)	3.315	-	1.826	5.141
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	11.124	11.124	-	(4.080)	7.044
Outras adições temporárias	76	-	(76)	-	-	123	123
Provisão para contingências	2.859	-	(344)	2.515	-	3	2.518
Provisão consórcio	-	-	-	-	-	2.735	2.735
	19.313	-	10.809	30.123	-	(4.250)	25.872
Passivo fiscal diferido							
<i>Leasing</i> financeiro	(3.342)	-	293	(3.049)	-	21	(3.028)
Exclusão ICMS da base PIS/COFINS	(664)	-	664	-	-	-	-
<i>Hedge Accounting</i> – Certificados de Recebíveis do Agronegócio	-	-	(7.540)	(7.540)	-	2.677	(4.863)
<i>Hedge accounting</i> - risco de crédito	-	(4.227)	-	(4.227)	2.618	-	(1.610)
	(4.006)	(4.227)	(6.583)	(14.816)	2.618	2.698	(9.501)
Valor líquido do imposto de renda e contribuição social diferidos	15.307	(4.227)	4.227	15.307	2.618	(1.552)	16.371

De acordo com o Pronunciamento CPC nº 32 - Tributos sobre o lucro, a Companhia fundamenta o registro contábil dos seus créditos fiscais na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico, elaborado anualmente nos encerramentos dos exercícios sociais, aprovado pela Administração. Caso se apresentem fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas serão revisadas durante o exercício social corrente.

A realização das diferenças temporárias, além de ocorrer em função dos resultados projetados, depende também da conclusão dos fatos contábeis ou das ações judiciais que lhes deram origem.

A Administração da Companhia considera que os ativos diferidos, decorrentes de diferenças temporárias, serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos.

d. Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	2025	2024
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	64.020	81.268
<i>Alíquota fiscal combinada</i>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(21.767)	(27.631)
Adições/exclusões permanentes:		
- Outras	<u>131</u>	<u>1.019</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	<u>(21.636)</u>	<u>(26.612)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(20.084)	(30.839)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.552)	4.227
<i>Alíquota efetiva</i>	34%	33%

15 Investimentos

	% de participação	2025	2024
Leão Junior S.A.	0,75%	8.150	8.150
UBI 3 Participações	0,75%	<u>1.917</u>	<u>1.917</u>
Investimento avaliado pelo método de custo		<u>10.067</u>	<u>10.067</u>

Refere-se a aportes de capital para a aquisição de participação minoritária na Suco Mais e na Del Valle, efetuados através da *holding* Holdfab Participações Ltda. (“Holdfab”). Em 24 de agosto de 2010 foi realizado aporte de capital para a aquisição minoritária na Leão Junior S.A., feita através da *holding* Holdfab 2 Participações Ltda. (“Holdfab 2”). Em janeiro de 2013, a Holdfab e a Holdfab 2 foram incorporadas pela Leão Junior S.A. Em abril de 2013 foi realizado aporte de capital para aquisição minoritária da Companhia. Em janeiro de 2016 foi realizado novo aporte na Leão Junior S.A..

Em março de 2017 foi realizado aporte para aquisição minoritária da UBI 3 Participações Ltda.

Tais empresas, são avaliadas pelo custo de aquisição. As empresas em referência têm por objetivo a produção e a comercialização de sucos, energéticos, isotônicos, chás e bebidas à base de soja.

Nos exercícios de 2025 e 2024, a Companhia não promoveu aquisição de participação acionária.

16 Ativo imobilizado

a. Movimentação do custo

	Imóveis e edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis, utensílios e instalações	Veículos	Vasilhames	Equipamentos de informática	Terrenos	Imobilizado em andamento	Adiantamento à fornecedores	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	18.181	73.434	69.277	29.750	26.273	27.051	13.992	9.684	-	267.642
Adições	24	3.753	10.735	9.175	6.356	1.725	12	29.510	9.526	70.816
Alienações	-	(81)	(1.083)	(1.268)	(220)	(200)	-	(4.094)	-	(6.946)
Transferências (i)	1.962	16.391	5.339	825	-	(3.649)	-	(25.259)	-	(4.391)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	20.167	93.497	84.268	38.482	32.409	24.927	14.004	9.841	9.526	327.121
Adições (ii)	281	2.389	9.865	17.955	6.064	1.704	-	92.666	96.699	227.623
Alienações	(257)	(579)	(1.645)	(1.020)	(766)	(232)	-	-	-	(4.499)
Transferências (i)	1.613	3.237	43	1.852	-	(11.109)	-	(6.788)	-	(11.152)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	21.804	98.544	92.531	57.269	37.707	15.290	14.004	95.719	106.225	539.093

b. Movimentação da depreciação

Saldo em 31 de dezembro de 2023	(6.361)	(42.460)	(27.156)	(15.206)	(17.852)	(18.938)	-	-	-	(127.973)
Depreciação no exercício	(381)	(350)	(8.257)	(3.155)	(2.453)	(2.984)	-	-	-	(17.580)
Alienações	-	31	919	941	80	196	-	-	-	2.167
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(6.742)	(42.779)	(34.494)	(17.420)	(20.225)	(21.726)	-	-	-	(143.386)
Depreciação no exercício	(444)	(5.759)	(6.197)	(4.134)	(2.510)	(1.981)	-	-	-	(21.025)
Alienações	26	549	1.283	733	653	232	-	-	-	3.476
Transferências (i)	-	594	-	(594)	-	11.110	-	-	-	11.110
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(7.160)	(47.395)	(39.408)	(21.415)	(22.082)	(12.365)	-	-	-	(149.825)
Valor líquido contábil:										
Em 31 de dezembro de 2024	13.425	50.718	49.774	21.062	12.184	3.201	14.004	9.841	9.526	183.735
Em 31 de dezembro de 2025	14.644	51.149	53.123	35.854	15.625	2.925	14.004	95.719	106.225	389.268

- (i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, parte do saldo da conta “equipamentos de informática” referente ao custo de *softwares* no montante de R\$ 11.152, foi reclassificado para o ativo intangível (R\$ 4.391 em 31 de dezembro de 2024). Adicionalmente, houve a reclassificação de amortização desses *softwares* no montante de R\$ 1.110, para correta apresentação dos saldos das rubricas do grupo não circulante, no balanço patrimonial.
- (ii) A Companhia está realizando a expansão de seu parque fabril, com o incremento de duas novas linhas de produção e todos os periféricos necessários para o atendimento dessas linhas (xaroparia, galpões para armazenagem e instalações). Adicionalmente, a Companhia realizou a antecipação de pagamentos à fornecedores para importação de equipamentos utilizados na expansão de seu parque fabril. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía R\$ 6.458 de aquisições de imobilizado à vencer registrado em Fornecedores.

Nos exercícios findos em 2025 e 2024, não havia bens do ativo imobilizado em garantia de operações de financiamentos bancários.

Redução ao valor recuperável para unidade geradora de caixa

Nos exercícios findos em 2025 e 2024, a Companhia não identificou a existência de indicadores de determinados ativos poderiam estar acima do valor recuperável.

17 Fornecedores

	Nota	2025	2024
Mercado interno			
Concentrado		2.114	3.329
Revenda		14.005	15.068
Açúcar		3.271	4.370
Latas de alumínio		9.046	9.204
Cerveja		1.139	568
Pré-forma		10.732	12.053
Plásticos		4.401	4.134
Frete		1.474	1.664
Sucos		1.782	1.221
Gases		922	854
Diversos		40.741	15.580
		<u>89.627</u>	<u>68.045</u>
Fornecedores		81.988	62.782
Partes relacionadas	19	7.639	5.263
Total		<u>89.627</u>	<u>68.045</u>

A exposição da Companhia a riscos de moeda e liquidez relacionados a contas a pagar para fornecedores é divulgada na Nota Explicativa nº 31.

18 Financiamentos e empréstimos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e liquidez veja a Nota Explicativa nº 31.

	Indexador	Taxa média de juros (a.a.)	Ano de vencimento	Moeda	2025	2023
Bancários						
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - BTG (i)	CDI	16,60%	2023 a 2029	Real	98.983	94.217
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - XP (ii)	CDI	15,84%	2024 a 2034	Real	270.950	248.608
					369.933	342.825
Financiamentos e empréstimos						
Passivo circulante					48.639	15.957
Passivo não circulante					321.294	326.868

- (i) Em 15 de agosto de 2022, a Companhia captou R\$ 90.000 através de Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA), com prazo de vigência de 2.555 (dois mil quinhentos e cinquenta e cinco) dias contados da data de emissão, com remunerações atreladas ao CDI acrescidos de sobretaxa de 0,90% a.a. para o montante de R\$ 60.000 e IPCA+ (NTN-B) acrescidos de sobretaxa de 0,60% a.a. para o montante de R\$ 30.000. A remuneração do CRA será semestralmente, em fevereiro e agosto de cada ano, e início de amortização a partir do 4º (quarto) ano, com a finalidade de financiar suas operações relacionadas ao agronegócio. Para proteção da operação, a Companhia contratou uma operação de swap convertendo a taxa final da operação para CDI + 1,60% de spread.
- (ii) Em 29 de agosto de 2024, a Companhia captou R\$ 285.000 através de Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) em 2 séries, sendo a 1ª. com prazo de vigência de 2.556 (dois mil quinhentos e cinquenta e seis) dias contados da data de emissão, com remunerações 12,85% a.a. para o montante de R\$ 135.000 e a 2ª. com prazo de vigência de 3.652 (três seiscentos e cinquenta e dois) dias contados da data de emissão, com remunerações IPCA+ (NTN-B) a.a. para o montante de R\$ 150.000. A remuneração do CRA será semestralmente, em fevereiro e agosto de cada ano, e início de amortização da 1ª. Série a partir do 6º (sexto) ano e da 2ª. Série a partir do 8º. (oitavo) ano, com a finalidade de financiar suas operações relacionadas ao agronegócio. Para proteção da operação, a Companhia contratou uma operação de swap convertendo a taxa final da operação para CDI + 0,72% de spread para 1ª. Série e CDI + 0,95% para 2ª. Série.

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de vencimento:

Ano de vencimento	2025	2024
2026	-	15.259
2027	20.657	15.277
2028	20.657	15.275
2029	20.657	15.509
2030	61.504	62.195
2031	61.504	60.970
2032	45.439	47.143
2033	45.438	48.096
2034	45.438	47.144
	321.294	326.868

Os financiamentos e empréstimos possuem as seguintes movimentações durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	94.746
Liberações	285.000
Comissões de emissão (i)	(15.355)
Pagamentos de principal	(310)
Pagamento de juros	(13.886)
Apropriação de encargos financeiros	27.237
Ajuste a valor justo	(22.178)
Ajuste risco de crédito (ii)	(12.429)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	342.825
Pagamento de juros	(56.296)
Apropriação de encargos financeiros	68.508
Ajuste a valor justo	7.876
Ajuste risco de crédito (ii)	7.020
Saldo em 31 de dezembro de 2025	369.933

- (i) Refere-se a comissões sobre emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio.
- (ii) A administração considerou a taxa de risco de crédito no cálculo do valor justo dos certificados de recebíveis do agronegócio, que foi reconhecido como outros resultados abrangentes.

Garantias

Abaixo demonstramos as garantias oferecidas pela Companhia por modalidades de empréstimos:

Modalidade	Garantia
Certificados de Recebíveis do Agronegócio	Sem garantias

Cláusulas contratuais (Covenants)

Os contratos de financiamentos captados através de Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA), possuem cláusulas contratuais (*covenants*) atreladas a indicadores financeiros e não financeiros. A Companhia acompanha essas cláusulas contratuais mensalmente e através do

orçamento plurianual de 5 anos onde apresenta projeção de atendimento dos indicadores para os próximos exercícios. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia cumpriu as obrigações relacionadas à manutenção dos indicadores na data de encerramento do exercício, não sendo necessários ajustes às demonstrações financeiras.

19 Partes relacionadas

a. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Em 2025, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla os Diretores estatutários e o Conselho de Administração da Companhia, totalizou R\$ 5.406 (R\$ 3.772 em 2024), e inclui salários, honorários e benefícios variáveis.

b. Benefícios a empregados

A Companhia fornece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, cestas básicas, transportes, fornecimento de refeições prontas e vale-refeição. Em 31 de dezembro de 2025, os benefícios acima representaram a aplicação de R\$ 24.911 (R\$ 19.860 em 31 de dezembro de 2024) correspondente, respectivamente, a 2,60% e 2,34% de sua receita operacional líquida.

c. Controladores

A controladora da Companhia é a B5 Participações Ltda., que detém 60% das ações que representam o seu capital social.

d. Principais saldos e transações que afetaram o resultado

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas às operações com partes relacionadas, foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações:

	Nota	2025	2024
Outros créditos	13		
SRSA Participações Ltda.		1.396	1.396
Total		1.396	1.396
Fornecedores	17		
Rio de Janeiro Refrescos Ltda.		(7.639)	(5.200)
Leão Alimentos e Bebidas Ltda.		-	(63)
Total		(7.639)	(5.263)
Dividendos a distribuir	25.c		
B5 Participações Ltda.		(71.059)	(15.210)
Rio de Janeiro Refrescos Ltda.		(47.372)	(10.140)
Ajuste a valor presente - AAP		34.800	-
Total		(83.631)	(25.350)
Passivo circulante		(10.596)	(25.350)
Passivo não circulante		(73.035)	-

Resultado	2025	2024
Compras - Aquisição de produtos		
Leão Alimentos e Bebidas Ltda.	(18)	(696)
Rio de Janeiro Refrescos Ltda.	<u>(131.207)</u>	<u>(123.769)</u>
Total	<u>(131.225)</u>	<u>(124.465)</u>

Os valores ativos referem-se à venda de produtos e serviços; aluguel de propriedades; e repasse de despesas compartilhadas. Os valores passivos referem-se à compra de produtos e serviços.

20 Impostos e contribuições sociais a recolher

	2025	2024
ICMS	25.012	23.204
PIS e COFINS a recolher	8.113	6.188
Outros	<u>1.895</u>	<u>536</u>
Total	<u>35.020</u>	<u>29.928</u>

21 Salários, férias e encargos a pagar

	2025	2024
Superação a pagar	5.581	8.392
Provisão de férias	8.101	7.561
Ordenados e salários	2.190	1.965
INSS a recolher	3.565	1.690
FGTS a recolher	359	424
Outros	<u>502</u>	<u>44</u>
Total	<u>20.298</u>	<u>20.076</u>

22 Provisão para contingências

A Companhia está exposta a certos riscos, representados em processos tributários e reclamações trabalhistas e cíveis, que estão provisionados nas demonstrações financeiras, em virtude de serem considerados como de chance de êxito remota na sua defesa, ou pela sua importância na situação patrimonial da Companhia.

Os processos provisionados foram considerados adequados pela Administração com base em vários fatores, incluindo (mas não se limitando) a opinião dos assessores jurídicos da Companhia, a natureza dos processos e a experiência histórica.

Os valores provisionados relativos às contingências em discussão judicial eram:

	2025	2024
Tributária	730	730
Trabalhistas	<u>6.672</u>	<u>6.669</u>
Total	<u>7.402</u>	<u>7.399</u>

A movimentação das provisões para contingências está demonstrada no quadro a seguir:

Provisão para contingências	Saldo em 31/12/2023	Movimentação	Saldo em 31/12/2024	Movimentação	Saldo em 31/12/2025
Tributários	730	-	730	-	730
Trabalhistas	7.679	(1.010)	6.669	3	6.672
Total	8.409	(1.010)	7.399	3	7.402

A Companhia possui outros processos administrativos e judiciais em andamento, cujas avaliações, efetuadas por seus assessores jurídicos, são consideradas como de risco de perda possível e cujas eventuais perdas financeiras foram mensuradas no montante de R\$ 156.871 (R\$ R\$ 147.286 em 31 de dezembro de 2024). Em função de não poder ser determinado o estágio em que se encontra o desfecho dessas ações, nenhuma provisão para perdas foi registrada nas demonstrações financeiras.

Do montante de perdas com risco possível, essas referem-se principalmente a:

- (i) Auto de infração lavrado em 2012, pelo suposto equívoco de recolhimento de ICMS-ST nas operações com a Leão Alimentos e Bebidas na qualidade de substituto ou substituído tributário, no período de janeiro de 2008 a dezembro de 2010. Esses autos de infração, acrescidos de multa e juros incorridos até 31 de dezembro de 2025, montam em R\$ 86.989 (R\$ 82.103 em 31 de dezembro de 2004). Desse montante, a Companhia possui uma carta conforto que a Leão Alimentos e Bebidas se responsabiliza pelo ônus dos processos 4.004.763-5 e 4.004.766-0, os quais montam R\$ 65.290, além de uma carta fiança com garantia de R\$ 6.998.
- (ii) Auto de infração lavrado para a Leão Alimentos e Bebidas, no qual a Companhia é responsável solidário, no montante de R\$ 36.877 (R\$ 33.508 em 31 de dezembro de 2024), referente à glosa de despesas com amortização de ágio no ano-calendário 2017 até 2020.
- (iii) Autos de infração lavrados em 2022 e 2023, referente ao creditamento de ICMS de matérias-primas oriundas da zona franca de Manaus nos períodos de 2017 e 2018, no montante de R\$ 28.010 (R\$ 26.686 em 31 de dezembro de 2024).
- (iv) Demais processos tributários referente à glosa de tributos e parcelamentos que montam R\$ 4.995 (R\$ 4.989 em 31 de dezembro de 2024).

A Companhia possui em 31 de dezembro de 2025 depósitos judiciais no montante de R\$ 9.234 (R\$ 12.263 em 31 de dezembro de 2024) de depósitos judiciais que fazem frente as provisões cíveis registradas em suas demonstrações financeiras.

23 Impostos parcelados

Passivo circulante	2025	2024
IOF	202	1.006
ICMS	2.045	2.674
	2.247	3.680
Circulante	831	1.434
Não circulante	1.416	2.246

A Companhia perdeu judicialmente os processos 0017778-74.2010.8.26.0602, referente a débitos de ICMS no montante de R\$ 10.721, e 5007021-85.2021.4.03.6110 - 10855.9002732014, referente a débitos de IOF no montante R\$ 2.363, que foram respectivamente parcelados em 60 e 48 vezes com atualização mensal pela Selic.

Em 07 de março de 2024, a Companhia aderiu ao parcelamento de débitos estaduais inscritos na dívida ativa, com 85% de desconto, onde foram contidos também, os débitos relativos aos processos de ICMS anteriormente parcelados, baseado no convênio ICMS 210/23, ratificado pelo ato declaratório nº 53 de 29 de dezembro de 2023, através do termo de aceite nº 70100042-9, nº 70100038-6 e nº 70100048-4.

24 Outras contas a pagar

	2025	2024
Honorários advocatícios, consultoria, auditoria e outras obrigações (i)	-	7.072
Provisões para despesas gerais	13.353	13.475
Verbas para ações táticas de mercado (CIAs)	145	209
Outros	853	3.359
Total	<u>14.351</u>	<u>24.115</u>
Circulante	12.527	10.839
Não circulante	1.824	13.276

- (i) A Companhia, em 31 de dezembro de 2020, reconheceu os custos indiretos (honorários advocatícios, consultoria, auditoria, impostos indiretos e outras obrigações) decorrentes do reconhecimento de direito adquirido em juízo, no valor de R\$ 29.565, que foram classificados em outras despesas operacionais.

25 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social integralizado da Companhia é de R\$ 58.526 (idêntico em 2024), dividido em 1.634.749.277 ações ordinárias (idêntico em 2024), todas nominativas e sem valor nominal, pertencentes aos seguintes acionistas:

Acionistas	Ações
B5 Participações Ltda.	980.794.877
Rio de Janeiro Refrescos Ltda.	653.899.709
Outros	54.691
Total	<u>1.634.749.277</u>

b. Reservas de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, após a compensação dos prejuízos acumulados.

c. Remuneração aos acionistas

O acordo de acionistas determina a distribuição de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76, após a compensação dos prejuízos acumulados.

Em Assembleia Geral Extraordinária, ocorrida em 10 de dezembro de 2025, foi deliberado que, além dos 25% de dividendos mínimos obrigatórios, seriam também destinados para dividendos o lucro remanescente do exercício findo em 2025 e o saldo total da rubrica retenção de lucros.

	2025	2024
Resultado do exercício	42.384	54.656
(-) Reserva legal	-	-
Base de cálculo – Dividendos	<u>42.384</u>	<u>54.656</u>
Dividendos mínimos obrigatórios – 25 %	10.596	13.664
Dividendos adicionais definidos em A.G.E. 10.12.2025	31.788	-

Abaixo demonstramos a movimentação dos dividendos a pagar:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>11.686</u>
Dividendos mínimos obrigatórios	<u>13.664</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>25.350</u>
Pagamento de dividendos	(25.350)
Deliberação de retenção de lucros para dividendos – AGE 10.12.2025	76.047
Dividendos mínimos obrigatórios	10.596
Dividendos complementares 2025 conforme – AGE 10.12.2025	31.788
Ajuste a valor presente - AAP	<u>(34.800)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>83.631</u>
Circulante	10.596
Não circulante	73.035

d. Ajuste de avaliação patrimonial

Nesta rubrica são reconhecidos os efeitos de *hedge accounting* com efeito no patrimônio líquido, cujo valor acumulado é transferido para o resultado à medida da realização das operações protegidas. Adicionalmente, são reconhecidos os efeitos do ajuste a valor presente sobre os dividendos. A Lei nº 15.270/25, vigente a partir de 1º de janeiro de 2026, instituiu retenção de IRRF de 10% sobre lucros e dividendos distribuídos a pessoas físicas de alta renda. Conforme regra de transição, permanecem isentos os lucros acumulados e as reservas de lucros aprovadas até 31 de dezembro de 2025. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia deliberou a distribuição de R\$ 118.431 referente ao resultado do exercício e a reserva de lucros destinada a investimentos. Dada a realização futura desses pagamentos, foi reconhecido o ajuste a valor presente correspondente, no montante de R\$ 34.800.

26 Receita líquida de vendas

	2025	2024
Venda de produtos	1.435.581	1.272.171
Impostos sobre vendas	<u>(478.119)</u>	<u>(423.394)</u>
Total	<u>957.462</u>	<u>848.777</u>

A Companhia não apresenta sua receita desagregada por produto pois, fundamentalmente: (a) a natureza e os fatores de risco econômico dos produtos são similares; (b) os consumidores e os clientes não possuem distinções relevantes atrelados ao tipo de produto adquirido; e (c) a Companhia atua apenas em território nacional.

27 Despesas operacionais por natureza

a. Custo dos produtos vendidos e serviços prestados

	2025	2024
Matéria-prima consumida	(481.951)	(435.550)
Salários e encargos sociais	(22.107)	(20.135)
Gastos com manutenção	(15.688)	(14.253)
Depreciação e amortização	(7.641)	(7.547)
Materiais auxiliares de produção	(6.027)	(5.894)
Combustíveis e energia elétrica	(4.454)	(4.234)
Benefícios a empregados	(5.012)	(4.157)
Aluguéis	(651)	(1.170)
Serviços prestados por terceiros	(607)	(506)
Serviços, licenças e sustentações de softwares	(842)	(528)
Mão de obra temporária	(975)	(533)
Outros gastos	<u>(3.416)</u>	<u>(2.419)</u>
Total	<u>(549.371)</u>	<u>(496.926)</u>

b. Logística, distribuição e armazenagem

	2025	2024
Serviços prestados por terceiros	(44.490)	(39.868)
Salários e encargos sociais	(33.376)	(24.524)
Fretes	(10.741)	(11.539)
Gastos com manutenção	(10.165)	(8.651)
Combustíveis e energia elétrica	(9.669)	(7.398)
Depreciação e amortização	(13.675)	(7.603)
Benefícios a empregados	(9.383)	(6.439)
Aluguéis	(3.694)	(443)
Mão de obra temporária	(3.570)	(3.054)
Quebras, trocas e perdas de mercadorias	(1.341)	(1.674)
Serviços, licenças e sustentações de softwares	(2.195)	(1.341)
Outros gastos	<u>(6.640)</u>	<u>(3.580)</u>
Total	<u>(148.939)</u>	<u>(116.114)</u>

c. Despesas de vendas

	2025	2024
Materiais de propaganda, premiações, mídias e bonificações	(39.020)	(36.124)
Salários e encargos sociais	(34.671)	(32.407)
Benefícios a empregados	(7.745)	(6.928)
Serviços prestados por terceiros	(4.701)	(3.732)
Depreciação e amortização	(1.606)	(1.593)
Combustíveis e energia elétrica	(1.341)	(1.136)
Serviços, licenças e sustentações de softwares	(3.516)	(1.544)
Quebras, trocas e perdas de mercadorias	(752)	(835)
Mão de obra temporária	(994)	(573)
Gastos com manutenção	(504)	(479)
Aluguéis	(518)	(374)
Outros gastos	(1.679)	(1.548)
Total	(97.047)	(87.273)

d. Despesas administrativas e gerais

	2025	2024
Serviços prestados por terceiros	(17.899)	(16.967)
Salários e encargos sociais	(13.723)	(12.712)
Serviços, licenças e sustentações de softwares	(6.108)	(7.618)
Honorários advocatícios eventuais e custas processuais	(11.397)	(4.732)
Depreciação e amortização	(4.051)	(3.446)
Gastos com manutenção	(2.209)	(2.975)
Benefícios a empregados	(2.772)	(2.336)
Gastos com segurança da informação	(1.654)	(2.027)
Gastos com infraestrutura de T.I.	(834)	(884)
Aluguéis	(501)	(470)
Combustíveis e energia elétrica	(203)	(191)
Multas	(1)	(4)
Outros gastos	(4.909)	(2.906)
Total	(66.261)	(57.268)

28 Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

	2025	2024
Resultado na venda do ativo imobilizado	(139)	533
Resultado na venda de garrafas retornáveis	668	482
Resultado na venda de investimentos	-	(733)
Venda de sucatas	639	647
Bonificações – mercadorias	9	184
Reembolso investimentos em ativos (i)	5.655	10.159
Crédito extemporâneo de PIS e COFINS sobre imobilizado	216	3.490
Outras receitas operacionais	33	2.218
Provisão perdas consórcio (ii)	(8.045)	-
Provisão (reversão) para contingências	(3)	1.010
Despesas complementares a emissão do CRA	(281)	(1.828)
Provisões de perda de ativos (estoque, investimentos, imobilizado)	(383)	(546)
Estorno provisão custas referente processo PK	2.680	-
Outras despesas operacionais	(737)	(495)
Total	312	15.121

- (i) A Companhia recebeu subsídios da Coca-Cola, para aumentar seu parque de coolers e a aquisição de uma máquina de rotular garrafas de vidro em 2024.
- (ii) A Companhia possui um consórcio de imóvel que teve início em fevereiro de 2018, o qual, foi decretado liquidação extrajudicial da empresa Disbrave Administradora de Consórcios Ltda. e a indisponibilidade dos bens dos controladores e do ex-administrador, conforme comunicado nº 41.490 de 12 de abril de 2024. Em 2025, a Disbrave teve falência, decretada, impossibilitando a transferência da administração do consórcio para outra administradora. Com isso, a administração optou por provisionar a integralidade das parcelas pagas enquanto aguarda o andamento do processo.

29 Resultado financeiro líquido

	2025	2024
Receitas financeiras		
Ajuste a valor presente – passivos financeiros	-	22.178
MtM instrumentos financeiros derivativos	12.000	-
Rendimento de aplicações financeiras	20.867	9.152
Juros recebidos	3.245	2.584
Descontos obtidos	6	105
Instrumentos financeiros derivativos	18.949	5.496
	<u>55.067</u>	<u>39.515</u>
Despesas financeiras		
MtM instrumentos financeiros derivativos	-	(32.718)
Ajuste a valor presente – passivos financeiros	(7.876)	-
Juros e encargos financeiros	(68.149)	(27.237)
Resultado derivativos	(8.715)	100
Encargos sobre parcelamento de impostos	(293)	1.684
Despesas Bancárias / Cartões	(1.256)	(1.427)
Juros sobre arrendamentos	(918)	(314)
Descontos concedidos	(173)	(350)
IOF sobre operações financeiras	(68)	(72)
Outras despesas financeiras	(259)	(432)
	<u>(87.707)</u>	<u>(60.766)</u>
Total do resultado financeiro líquido	<u>(32.640)</u>	<u>(21.251)</u>

30 Gerenciamento de capital

A Companhia gere seus investimentos em capital para certificar que a entidade tenha assegurada sua continuidade desde um ponto de vista de situação patrimonial, maximizando a rentabilidade dos acionistas através da otimização da estrutura de patrimônio e recursos de terceiros no passivo dos respectivos balanços.

A gestão do capital é focada no incremento do valor do negócio a longo prazo, tanto para os acionistas e investidores como para empregados e clientes. O objetivo é a consecução constante e sustentável de seus resultados através de crescimento orgânico. Para esse propósito é necessário por um lado o equilíbrio nos negócios com um controle sobre os riscos financeiros, combinado com o grau de flexibilidade financeira requerida para alcançar tais objetivos.

A Companhia busca gerir seus recursos a fim de assegurar adequada remuneração de seu capital e equilíbrio financeiro. Cláusulas contratuais restritivas de natureza financeira também estão previstas nos contratos de financiamento, uma vez que a Companhia monitora de forma constante o adequado cumprimento dessas cláusulas, de forma a evitar qualquer vencimento antecipado das obrigações previstas nas cédulas de empréstimos bancários.

Para tal é realizado o planejamento e o controle financeiro, analisando-se investimentos, despesas, receitas, resultados, dívidas, entre outras variáveis.

A divulgação do LAJIDA (EBITDA) abaixo não está prevista nas práticas contábeis adotadas no Brasil.

LAJIDA e/ou EBITDA

	2025	2024
Resultado do exercício:	42.384	54.656
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	21.636	26.612
Resultado financeiro líquido	32.640	21.251
Depreciação e amortização	<u>26.973</u>	<u>20.186</u>
LAJIDA e/ou EBITDA	<u>123.633</u>	<u>122.705</u>

Dívida financeira líquida

	2025	2024
Financiamentos e empréstimos	(369.933)	(342.825)
Caixa e equivalentes de caixa	<u>125.960</u>	<u>302.159</u>
	<u>(243.973)</u>	<u>(40.666)</u>

Dívida financeira líquida dividida pelo LAJIDA e/ou EBITDA

	2025	2024
Dívida financeira líquida	(243.973)	(40.666)
EBITDA	<u>123.633</u>	<u>122.705</u>
Resultado do índice	<u>1,97</u>	<u>0,33</u>

31 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Nota	Valor contábil			Valor justo					
	Valor justo por meio do resultado abrangente	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	
31 de dezembro de 2025									
Ativos financeiros									
Caixa e equivalentes de caixa	9	-	125.960	-	125.960	-	125.960	-	125.960
Contas a receber de clientes	10	-	-	101.439	101.439	-	-	-	-
Outros créditos	13	-	-	10.420	10.420	-	-	-	-
Depósitos judiciais		-	-	9.234	9.234	-	-	-	-
Total		-	125.960	121.093	247.053	-	125.960	-	125.960
Passivos financeiros									
Fornecedores	17	-	-	89.267	89.267	-	-	-	-
Financiamentos e empréstimos	18	-	-	270.950	98.983	369.933	-	270.950	-
Outras contas a pagar		-	-	14.351	14.351	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos – <i>Hedge valor justo</i>		-	-	14.257	-	14.257	-	-	14.257
Total		-	285.207	202.601	487.808	-	285.207	-	285.207

	Nota	Valor contábil			Valor justo				
		Valor justo por meio do resultado abrangente	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
31 de dezembro de 2024									
Ativos financeiros									
Caixa e equivalentes de caixa	9	-	302.159	-	302.159	-	302.159	-	302.159
Contas a receber de clientes	10	-	-	77.235	77.235	-	-	-	-
Outros créditos	13	-	-	28.362	28.362	-	-	-	-
Depósitos judiciais		-	-	12.263	12.263	-	-	-	-
Total		-	302.159	117.860	420.019	-	302.159	-	302.159
Passivos financeiros									
Fornecedores	17	-	-	68.045	68.045	-	-	-	-
Financiamentos e empréstimos	18	-	248.608	94.217	342.825	-	248.608	-	248.608
Instrumentos financeiros derivativos – <i>Hedge valor justo</i>		-	29.517	-	29.517	-	29.517	-	29.517
Total		-	278.125	162.262	440.387	-	278.125	-	278.125

b. Mensuração do valor justo

Os valores contábeis, referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, (com exceção dos instrumentos financeiros derivativos e empréstimos e financiamentos) quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Em 2025, os financiamentos e empréstimos captados (vide Nota Explicativa nº 18), foram designados a valor justo por meio do resultado. Para os demais instrumentos financeiros, a Companhia não efetuou transferências entre níveis de classificação.

c. Gerenciamento de riscos financeiros

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco operacional.

Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e pela supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

(i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e títulos de investimento.

Contas a receber de clientes

A Companhia estabeleceu uma política de crédito sob a qual todo o novo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente antes dos termos e das condições padrão de pagamento e entrega da Companhia serem oferecidos. A análise da Companhia inclui avaliações externas, quando disponíveis, e em alguns casos referências bancárias. Limites de compras são estabelecidos para cada cliente, que representam o montante máximo em aberto sem exigir a aprovação da diretoria; esses limites são revisados diariamente. Clientes que apresentam índice de atraso na quitação de dívida com a Companhia podem ter seu limite de crédito comprometido e até cancelado, nesses casos a Companhia realizará as vendas somente com pagamentos

antecipados. Podemos também ter situações de agravamento do cenário de risco, tanto do ponto de vista macroeconômico quanto individual, por cliente, e essas circunstâncias podem refletir no limite de crédito e na exposição da Companhia. Nesse caso há um monitoramento diário e bem dinâmico.

A Companhia contratou uma apólice de seguro para cobrir as inadimplências acima de R\$ 750 como franquia (1ª. Perda agregada), com teto de R\$ 10.000 de limite máximo de indenização, para as emissões de títulos ocorridos a partir de 31 de outubro de 2025.

Caixa e equivalentes de caixa

O risco de crédito proveniente do caixa e equivalentes de caixa é atenuado pelo fato de a Companhia manter seus saldos com bancos e instituições financeiras consideradas de primeira linha.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	125.960	302.159
Contas a receber de clientes	101.439	77.235
Outros créditos	10.420	28.362
Total	237.819	407.756

Perdas por redução no valor recuperável

Na data de 31 de dezembro de 2024, a constituição de provisão para perdas de crédito esperadas referentes a recebíveis totalizam R\$ 13.694 (R\$ 14.198 em 31 de dezembro de 2024).

(ii) *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A gestão de fluxo de caixa da Companhia é acompanhada diariamente e tem um planejamento rigoroso mensal e anual.

A Companhia utiliza o custeio baseado em atividades para precificar seus produtos, que auxilia no monitoramento de exigências de fluxo de caixa e na otimização de seu retorno de caixa em investimentos. Tipicamente, a Companhia garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período de 60 dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isso exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

Exposição a risco de liquidez

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado abaixo:

	2025	2024
Fornecedores	89.627	68.045
Financiamentos e empréstimos	369.933	342.825
Instrumentos financeiros derivativos	14.257	29.517
Passivo de arrendamentos	8.192	1.888
Outras contas a pagar	<u>14.351</u>	<u>25.401</u>
Total	<u>496.360</u>	<u>467.676</u>

A seguir estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

	2025					
	Valor contábil	Valor contratual	Até 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos						
Fornecedores	89.627	89.627	89.627	-	-	-
Financiamentos e empréstimos	369.933	626.986	81.137	66.240	208.221	271.388
Instrumentos financeiros derivativos	14.257	14.257	-	-	14.257	-
Passivo de arrendamentos	8.192	10.253	5.370	4.883	-	-
Outras contas a pagar	<u>14.351</u>	<u>14.351</u>	<u>12.527</u>	<u>1.824</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>496.360</u>	<u>755.474</u>	<u>188.661</u>	<u>72.947</u>	<u>222.478</u>	<u>271.388</u>

	2024					
	Valor contábil	Valor contratual	Até 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos						
Fornecedores	68.045	68.045	68.045	-	-	-
Financiamentos e empréstimos	342.825	664.716	54.471	72.048	171.799	366.398
Instrumentos financeiros derivativos	29.517	29.517	-	-	29.517	-
Passivo de arrendamentos	1.888	1.888	1.888	-	-	-
Outras contas a pagar	<u>25.402</u>	<u>25.402</u>	<u>12.126</u>	<u>13.276</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>467.677</u>	<u>789.568</u>	<u>136.530</u>	<u>85.324</u>	<u>201.316</u>	<u>366.398</u>

Não é esperado que os fluxos de caixa incluídos na análise da maturidade da Companhia possam ocorrer significativamente mais cedo ou em valores diferentes.

(iii) *Risco de mercado*

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas relativas às oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. Os ativos e passivos expostos a variações das taxas de juros são os seguintes:

	Nota	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa (A)	9	125.960	302.159
Financiamentos e empréstimos (B)	18	<u>(369.933)</u>	<u>(342.825)</u>
Déficit apurado (A-B)		<u>(243.973)</u>	<u>(40.666)</u>

Análise de sensibilidade

A Companhia apresenta a seguir os quadros de sensibilidade para os riscos de taxas de juros aos quais está exposta, considerando que os eventuais efeitos impactariam os resultados futuros, tomando como base as exposições apresentadas em 31 de dezembro de 2025. Dessa forma, o quadro abaixo demonstra a situação do efeito da variação da taxa de juros no resultado futuro:

Instrumentos	Exposição em 31 de dezembro de 2025	Cenário atual		Cenários	
		(%)	Valor	Risco provável	Valor
Caixas e equivalentes de caixa					
Aplicações financeiras	119.706	15%	17.955	13,00%	15.562
Empréstimos e financiamentos					
Certificados de recebíveis do agronegócio - BTG	(98.983)	16,60%	(16.431)	14,60%	(14.452)
Certificados de recebíveis do agronegócio - XP	(270.950)	15,84%	(42.918)	13,84%	(37.499)
Impacto no resultado e patrimônio líquido			(41.394)		(36.389)

Risco de moeda

A Companhia não está sujeita ao risco de moeda nas vendas e compras denominadas em uma moeda diferente de sua moeda funcional, o Real (R\$).

Juros sobre empréstimos são denominados na moeda do empréstimo. Em geral, empréstimos são denominados em moeda equivalente aos fluxos de caixa gerados pelas operações básicas da Companhia (Real).

Instrumentos financeiros derivativos

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 18, a Companhia contratou operações de *swap* com objetivo de reduzir a volatilidade da marcação a mercado de NTN-B e de proteger a taxa final de remuneração dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio emitidos, migrando para o CDI, taxa mais correlata à economia do País.

Em 31 de dezembro de 2025, os valores justos relacionados às transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção estão apresentados a seguir:

Contraparte	Data do contrato	Data de vencimento	Categoria	Indexador ativo	Indexador passivo	Valor nominal
BTG	15/08/2022	15/08/2029	Hedge valor justo	Taxa Fixa	CDI	30.000
Bradesco	15/08/2024	15/08/2031	Hedge valor justo	Taxa Fixa	CDI	135.000
Safra	15/08/2024	15/08/2034	Hedge valor justo	Taxa Fixa	CDI	150.000
						315.000

As operações descritas acima se qualificam para *hedge accounting* e estão classificadas como *hedge* de valor justo para a operação de troca de taxa fixa para flutuante. São contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

	Valor justo	Valor da curva	Resultado financeiro
BTG	31.821	32.329	508
Bradesco	165.857	156.981	(8.876)
Safra	146.478	140.589	(5.889)
Total	344.156	329.899	(14.257)

A seguir, demonstramos a movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2025:

Saldo em 31 de dezembro de 2024	(29.517)
Provisão variação <i>Swap</i>	6.461
Realização da provisão	(3.201)
Marcação a mercado no resultado	12.000
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(14.257)

A estimativa de valor justo das operações de *swap* foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela B3 na posição de 31 de dezembro de 2025.

Hedge de valor justo

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por hedge que são atribuíveis ao risco protegido. O ganho ou perda relacionado é reconhecido na demonstração do resultado como "Despesas financeiras", bem como as variações no valor justo dos empréstimos.

(iv) **Risco operacional**

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia, buscar eficácia de custos e evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

d. **Aspectos ambientais**

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas, que são procedimentos técnicos/operacionais. A Administração da Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

32 Passivo de arrendamento

Arrendamentos como arrendatário CPC 06(R2)

Considerando os requisitos da norma, a Companhia reconheceu despesas de depreciação e juros, antes registradas como despesas de arrendamento operacional. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu R\$ 4.709 de depreciação (R\$ 2.606 em 31 de dezembro de 2024) e R\$ 918 de juros desses arrendamentos (R\$ 314 em 31 de dezembro de 2024).

A Companhia é arrendatária de uma frota de veículos da locadora Movida utilizada para a operação da Companhia, como vendas e assistência técnica, tendas da empresa Alternativa para armazenagem de produtos, empilhadeiras da Master cargas para utilização na operação e de um galpão de armazenagem para produtos acabados da empresa M5.

Os contratos de arrendamento possuem prazo de vigência até outubro de 2027 para os veículos, agosto de 2026 para as tendas, fevereiro de 2028 para o galpão e outubro de 2028 para as empilhadeiras.

Todas as cláusulas restritivas do contrato de arrendamento operacional vêm sendo plenamente atendidas pela Companhia.

a. Ativos de direito de uso

A movimentação do direito de uso, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foi a seguinte:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	4.494
Adições	-
Amortização	(2.606)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.888
Adições	10.653
Amortização	(4.709)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	7.832

b. Passivo de arrendamento

A movimentação do passivo de arrendamento, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi a seguinte:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	4.494
Adições	-
Pagamento de principal	(2.606)
Pagamento de juros	(314)
Juros provisionados	314
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.888
Adições	10.653
Pagamento de principal	(4.349)
Pagamento de juros	918
Juros provisionados	(918)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	8.192
Passivo circulante	4.025
Passivo não circulante	4.167

c. Impactos na demonstração de resultado

A depreciação do ativo e as despesas financeiras do passivo são reconhecidas na demonstração de resultado. O efeito na demonstração de resultado do exercício corrente, decorrente da adoção da norma, está demonstrado a seguir:

Em 31 de dezembro de 2023	
Despesa com amortização direito de uso	(2.606)
Despesa com juros sobre arrendamentos	(314)
Em 31 de dezembro de 2024	(2.920)
Despesa com amortização direito de uso	(4.709)
Despesa com juros sobre arrendamentos	(918)
Em 31 de dezembro de 2025	(5.627)

A Companhia adotou como taxa de desconto dos passivos de arrendamento a sua taxa incremental de 13,68% a.a., que é a taxa de mercado para financiamento da modalidade de veículos.

De acordo com a legislação tributária vigente, a Companhia tem o direito de tomar créditos de PIS e COFINS sobre o fluxo de pagamentos para liquidação dos seus passivos de arrendamento. O potencial crédito a ser tomado com base nesses fluxos de pagamentos em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 965 (R\$ 161 em 2024).

(ii) Opções de prorrogação

Alguns arrendamentos de propriedades contêm opções de prorrogação exercíveis pela Companhia até um ano antes do final do período do contrato não cancelável. Sempre que possível, a Companhia procura incluir opções de extensão em novos arrendamentos para fornecer flexibilidade operacional. As opções de extensão mantidas são exercíveis apenas pela Companhia e não pelos arrendadores. A Companhia avalia na data do início do arrendamento se é razoavelmente certo o exercício das opções de extensão. A Companhia reavalia se é razoavelmente certo o exercício das opções se houver um evento significativo ou mudanças significativas nas circunstâncias que estejam sob seu controle.

* * *

Conselho de Administração

Luiz Lacerda Biagi
(Presidente)

Miguel Angel Peirano

Cristiano Biagi

Giordano Biagi

Renato Barbosa

Diretoria

Cristiano Biagi
Diretor presidente

Cláudio Sérgio Rodrigues
Diretor superintendente

Contador

Rafael Soares Alves
CRC: SP260790/ O-7

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas KPMG. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://apiconfirmations.kpmg.com.br/Verificar/E8B0-9BFF-3382-4F76>. Por motivo de segurança e sigilo das informações, não é permitido o download do documento pela tela de validação de assinatura.

Código para verificação: E8B0-9BFF-3382-4F76



Hash do Documento

FE122EB8EE873B23F4617C06C73EAABE4A8463CDD836FFFAA55C7D0634614778

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 27/02/2026 é(são) :

- Daniel Marino de Toledo - 215.991.288-37 em 27/02/2026 19:05
UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital